

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

ORDEM DO DIA Nº 030/2023

SESSÃO ORDINÁRIA

14/08/2023 (SEGUNDA-FEIRA) - 17:30 HORAS

1 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 138/2022 - RODRIGO APARECIDO GUEDES E CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO** - Estabelece diretrizes para a exposição e justificativa de forma precisa das aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo. **EMENDAS EM SEPARADO DE AUTORIA DA VEREADORA CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO**. Processo nº 16138.

2 - 2ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 171/2022 - DIEGO GARCIA GONZALEZ** - Dispõe sobre o fornecimento de estrutura mínima pelas agências bancárias e casas lotéricas com filas externas no âmbito do Município de Rio Claro/SP e dá outras providências. Processo nº 16175.

3 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 168/2022 - ALESSANDRO SONEGO ALMEIDA** - Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências. Parecer Jurídico nº 168/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 155/2022 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 032/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 063/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 062/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio Ambiente nº 032/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Animais nº 004/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 120/2023 - pela aprovação. Processo nº 16172.

4 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 106/2023 - PREFEITO MUNICIPAL** - Desafeta da destinação original, o imóvel objeto da Matrícula nº 78.296, do 2º CRI. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 106/2023 - pela legalidade. Processo nº 16310.

5 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 107/2023 - PREFEITO MUNICIPAL** - Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, instituído pela Lei nº 2.254, de 28 de dezembro de 1988, e dá outras providências. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 107/2023 - pela legalidade. Processo nº 16311.

6 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 09/2023 - SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE, GERALDO LUIS DE MORAES E HERNANI ALBERTO MONACO LEONHARDT** - Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos. Parecer Jurídico nº 09/2023 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 013/2023 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 052/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 070/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 073/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio Ambiente nº 034/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 119/2023 - pela aprovação. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR SÉRGIO CARNEVALE**. Processo nº 16194.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

7 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 120/2023 - CAROLINE GOMES FERREIRA MELLO** - Institui o "Julho Dourado", mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação e a importância da prevenção de zoonoses no Município de Rio Claro. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 120/2023 - pela legalidade. Processo nº 16324.

8 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2023 - MESA DIRETORA** - Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 118/2017. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 121/2023 - pela legalidade com ressalva. Ofício Departamento Contábil da Câmara Municipal de Rio Claro-SP. **EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DA MESA DIRETORA**. Processo nº 16325.

9 - 1ª Discussão do **PROJETO DE LEI Nº 122/2023 - JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS** - Altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.835 de 28 de abril de 2008. Parecer Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico nº 122/2023 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 091/2023 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 114/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 111/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 108/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana, Rural e Meio Ambiente nº 039/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 121/2023 - pela aprovação. Processo nº 16326.

10 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2023 - VAGNER APARECIDO BAUNGARTNER E SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE** - Concede o Título de Cidadã Emérita a Senhora Renata Schmidt Machado dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à comunidade de Rio Claro, principalmente ao esporte. Parecer Jurídico - pela legalidade. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça nº 034/2023 - pela legalidade. Parecer da Comissão de Administração Pública nº 072/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Políticas Públicas nº 068/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana nº 071/2023 - pela aprovação. Parecer da Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Finanças nº 099/2023 - pela aprovação. Processo nº 16233.

11 - Discussão e Votação Única do **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2023 - CAROLINE GOMES FERREIRA MELLO** - Confere o Título de Cidadã Rio-clarense à fotógrafa Patrícia Aparecida de Sá, pelos serviços prestados à população de Rio Claro. Parecer da Comissão Conjunta - pela aprovação. Parecer Jurídico - pela legalidade com ressalva. Processo nº 16327.

+++++

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 138/2022

PROCESSO Nº 16138

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Estabelece diretrizes para a exposição e justificativa de forma precisa das aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo).

Artigo 1º - Torna-se obrigatório a exposição justificada nos termos do Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, devendo a abertura de créditos suplementares e especiais editados pelo Executivo, virem de forma precisa qual será a utilização dos recursos.

Artigo 2º - Na publicação dos Decretos de que trata esta Lei, deverá constar:

I - Exposição circunstanciada e precisa dos motivos que justifiquem a abertura dos créditos suplementares e especiais, em cumprimento ao Artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64;

II - Exposição circunstanciada dos motivos que justifique as anulações das dotações orçamentárias proposta, acompanhado das consequências dessas anulações.

Artigo 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no que lhe couber.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 16 votos favoráveis e 01 contrário em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 07/08/2023 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Emenda ao Projeto de lei nº 138/2022)

Emenda aditiva nº 1. – Altera a ementa do projeto de lei 138/2022, que passa a ter a seguinte redação:

“Estabelece diretrizes para exposição e justificativa de forma precisa das aberturas de créditos suplementares e especiais pelo Poder Executivo tornando obrigatória a publicação da justificativa no Diário Oficial do Município”.

Emenda aditiva nº 2. – Acrescenta o Parágrafo 1º e o Parágrafo 2º no Artigo 2º, que passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º - A exposição dos motivos e o crédito de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo deverão ser publicados no Diário Oficial do Município, na mesma edição em que for publicada a respectiva lei que autoriza a abertura de créditos suplementares e especiais.

§ 2º - Na prestação de contas quadrimestral prevista no art. 54 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, será apresentada a exposição dos motivos que justificaram as mudanças das dotações orçamentárias ocorridas no período.”

Rio Claro, 10 de agosto de 2023



Carol Gomes
Vereadora
CIDADANIA

10AGO2023 16:29

CÂMARA SECRETARIA

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 171/2022

PROCESSO Nº 16175

2ª DISCUSSÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO CLARO,
delibera o seguinte

PROJETO DE LEI

(Dispõe sobre o fornecimento de estrutura mínima pelas agências bancárias e casas lotéricas com filas externas no âmbito do Município de Rio Claro/SP e dá outras providências).

Artigo 1º - As agências bancárias e casas lotéricas estabelecidas no Município de Rio Claro/SP, ficam obrigadas a disponibilizar estrutura mínima aos clientes que permanecem em filas externas aguardando atendimento.

Artigo 2º - É obrigatório a seguinte estrutura mínima:

- I - O oferecimento de tenda ou cobertura de proteção à ação ambiental (sol e chuva) na área de recuo em que a agência está localizada;
- II - A disponibilização de acesso adequado, cadeiras para espera de atendimento, sobretudo de idosos, deficientes, gestantes e mulheres com crianças de colo, respeitando-se o distanciamento mínimo.

Artigo 3º - As agências bancárias e as casas lotéricas deverão dispor de funcionários devidamente identificados para cuidar da organização da fila externa e dos protocolos de segurança.

Artigo 4º - O não cumprimento ao disposto nesta Lei, importará ao infrator multa de 300 UFMRC, sem prejuízo de outras sanções legais.

Artigo 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 6º - A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro,

PRESIDENTE

Aprovado por 17 votos favoráveis em 1ª Discussão na Sessão Ordinária do dia 07/08/2023 - Maioria Absoluta.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

Artigo 1º - Fica proibida, no município de Rio Claro, a tutela de animais a pessoas que tiveram seu animal retirado por agentes do Poder Executivo ou que praticaram atos que levaram seu animal a óbito, ambos em decorrência de maus-tratos.

§ 1º - O prazo da proibição descrita no caput deste artigo é de 10 (dez) anos.

§ 2º - Esta Lei se aplica para qualquer tipo de animal, doméstico, de grande porte, silvestre ou exótico.

§ 3º - A proibição também abrange casos de animais em situação de lar temporário.

§ 4º - Nos casos em que a pessoa com restrição de novas tutelas realize um resgate de animal em situação emergencial, ela imediatamente deverá comunicar ao DPA para que este acolha o animal resgatado.

Artigo 2º - No caso do descumprimento da presente Lei, o responsável sofrerá multa de 500 (quinhentas) UFMRC por cada nova tutela adquirida.

Artigo 3º - Todos os valores arrecadados por meio de autuação serão revertidos para o Fundo Municipal de Proteção Animal do município de Rio Claro.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Claro, 29 de novembro de 2022.



Alessandro Almeida

Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo



PARECER JURÍDICO Nº 168/2022 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº
168/2022 - PROCESSO Nº 16172-490-22.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 168/2022, de autoria do nobre Vereador Alessandro Sonogo de Almeida, que dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

 R10 
07

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

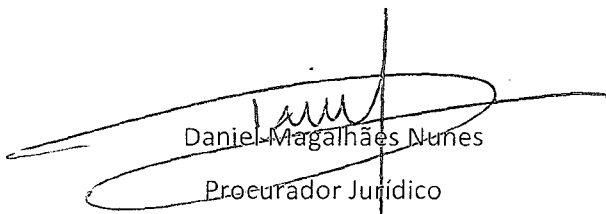
Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

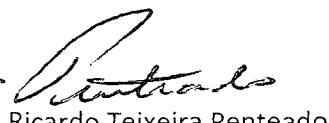
Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

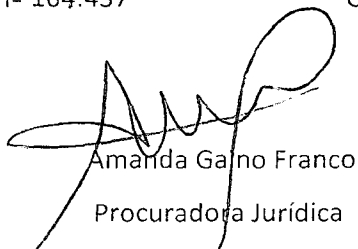
No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro e dá outras providências.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

Rio Claro, 06 de dezembro de 2022.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Galvão Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

PARECER Nº 155/2022


O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA** Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

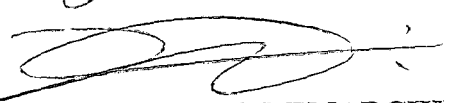
A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 12 de dezembro de 2022.


Pr. DIEGO GARCIA GONZALEZ
Presidente


MOISÉS MENEZES MARQUES
Relator


DERMEVAL NEVOEIRO DEMARCHI
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22


PARECER Nº 032/2023

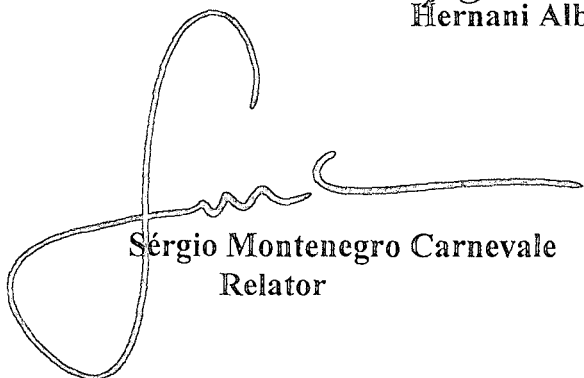
O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA** Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.


A COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 14 de fevereiro de 2023.


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente


Sérgio Montenegro Carnevale
Relator


Alessandro Sonégo de Almeida
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

PARECER Nº 063/2023


O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA** Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

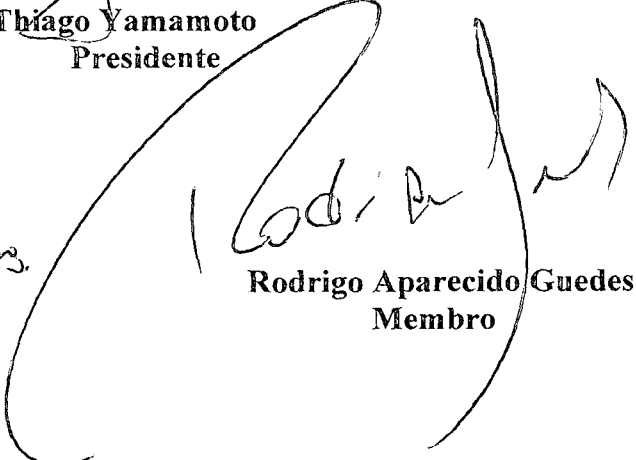
A **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 04 de maio de 2023.


Thiago Yamamoto
Presidente


Irander Augusto Lopes
Relator


Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

PARECER Nº 062/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador, **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA** Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

A **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 04 de maio de 2023.


Sivaldo Rodrigues de Oliveira
Presidente


Adriano La Torre
Relator


Vagner Aparecido Baungartner
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

PARECER Nº 032/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA**, Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 22 de junho de 2023.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Presidente



GERALDO LUÍS DE MORAES
Relator

CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS ANIMAIS

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

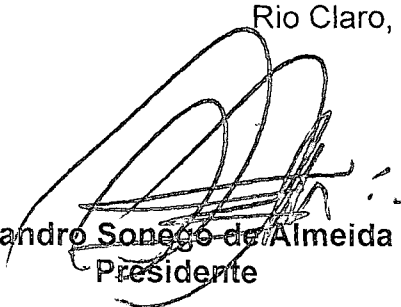
PARECER Nº 004/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador **ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA**, Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

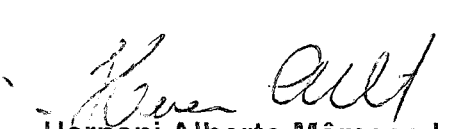
A, **COMISSÃO DE DEFESA DOS ANIMAIS** entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 26 de maio de 2023.



Alessandro Sonogo de Almeida
Presidente



Hernani Alberto Mômaco Leonhardt
Relator

José Júlio Lopes de Abreu
Membro

08AGO2023 07:49

CÂMARA SECRETARIA

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 168/2022

PROCESSO Nº 16172-490-22

PARECER Nº 120/2023

O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Vereador ALESSANDRO SONEGO DE ALMEIDA, Dispõe sobre a proibição da tutela de animais para tutores que tiveram seu animal retirado pelo Poder Público por maus-tratos no município de Rio Claro, e dá outras providências.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, entende que o Projeto de Lei nº 168/2022, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 08 de agosto de 2023.

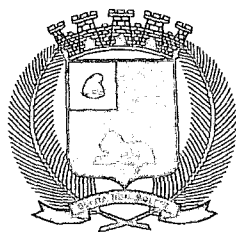

Adriano La Torre
Presidente


Geraldo Luís de Moraes
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

08AGO2023 07:50

CÂMARA SECRETARIA



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.056/23

Rio Claro, 27 de junho de 2023

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais Nobres Edis, para análise e votação, o anexo Projeto de Lei que autoriza a desafetação de sua destinação originária de área de lazer e transfere para o uso dominial do Município de Rio Claro, área de terreno para construção de uma Unidade Pública de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social.

Primeiramente cabe esclarecer que a desafetação em questão, se apresenta perfeitamente amparada pela legalidade, uma vez que por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.602, já transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional a previsão contida no Artigo 180, inciso VII, da Constituição do Estado de São Paulo, possibilitando aos Municípios definirem, mediante a sua competência constitucional e se utilizando dos critérios de conveniência e oportunidade, a destinação das áreas que compõem o patrimônio público.

Nesse sentido, temos que o imóvel objeto do Projeto de Lei em anexo, se apresenta como área de lazer em região já consolidada, sendo que a alteração de suas destinações originárias não trará qualquer prejuízo à comunidade.

Por todo o exposto e contando com a honrosa atenção de Vossa Excelência e dos nobres membros desse Legislativo Municipal, requerendo a tramitação do presente Projeto em regime de urgência, nos moldes do Artigo 50 da Lei Orgânica do Município, aguarda-se a aprovação do Projeto de Lei em anexo.

Atenciosamente

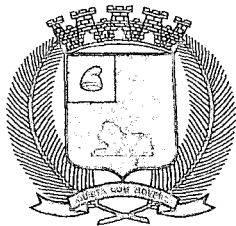
GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

CÂMARA SECRETARIA

04 JUL 2023 16:15

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO

16



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 106/2023

(Desafeta da destinação original, o imóvel objeto da Matrícula nº 78.296, do 2º CRI.)

Artigo 1º - Fica desafetada da destinação originária de área de lazer e transferida para a categoria de bem dominial do patrimônio do Município, a área objetos da Matrícula nº 78.296, do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Rio Claro, que assim se descreve:

IMÓVEL: SISTEMA DE LAZER, do loteamento denominado Jardim Panorama - Complementação, situado nesta cidade de Rio Claro, localizado com frente para rua 27-PA, lado ímpar, esquina com a avenida 60-PA, lado par, quadra completada pela avenida 62, lado ímpar e a avenida Paulista, lado ímpar, iniciando sua descrição no ponto 01, ponto este cravado no alinhamento predial da rua 27-PA, lado ímpar, distante 9,00 metros do alinhamento predial da avenida 60-PA, lado par, deste segue em curva à direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,14 metros até atingir o ponto 02, ponto este cravado no alinhamento predial da avenida 60-PA, lado par, confrontando do ponto 01 ao ponto 02 com a confluência dos alinhamentos prediais da rua 27-PA, lado ímpar e a avenida 60-PA, lado par, daí segue com azimuth magnético de 113°00'28" na distância de 32,00 metros até atingir o ponto 03, segue ainda, pelo referido alinhamento em curva a esquerda com raio de 18,00 metros e desenvolvimento de 36,13 metros até atingir o ponto 04, daí segue com azimuth magnético de 24°14'28" na distância de 42,25 metros até atingir o ponto 05, daí segue em curva a direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 10,80 metros até atingir o ponto 06, daí segue com azimuth magnético de 91°48'40" na distância de 29,89 metros até atingir o ponto de 07; daí segue em curva a direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 16,96 metros até atingir o ponto 08, cravado no alinhamento predial da avenida Paulista, lado ímpar, segue pelo referido alinhamento com azimuth magnético de 201°13'20" na distância de 116,80 metros até atingir o ponto 09, daí segue em curva à direita com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 15,31 metros até atingir o ponto 10, cravado no alinhamento predial da avenida 62, lado ímpar, segue pelo referido alinhamento com azimuth magnético de 293°40'48" na distância de 108,18 metros até atingir o ponto 11, daí deflete a direita e segue em curva com raio de 9,00 metros e desenvolvimento de 14,14 metros até atingir o ponto 12, cravado no alinhamento predial da rua 27-PA, lado ímpar, segue pelo referido alinhamento com azimuth magnético de 22°37'60" na distância de 32,00 metros até atingir o ponto 01, início desta descrição, encerrando uma área de 12.014,68 metros quadrados.

Artigo 2º - Com a presente desafetação fica autorizado a construção de uma Unidade Pública de CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, conforme orçamento previsto e projeto elaborado.

Artigo 3º - As despesas oriundas da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias do Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA



PROJETO DE LEI Nº 106/2023

O presente Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal – Desafeta da destinação original, o imóvel objeto da Matrícula nº 78.296, do 2º CRI.

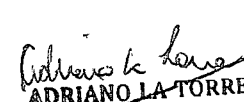
Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023.

Luiz Gomes


Hernani Leonhardt
Vereador
MDB


ADRIANO LA TORRE
Vereador
1º Secretário


SIVALDO FAÍSCA
Vereador União Brasil


SERGINHO CARNEIRO
Vice - Presidente
UNIÃO BRASIL

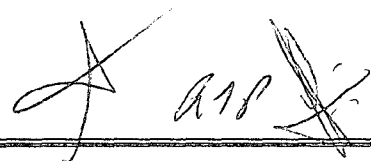
**PARECER JURÍDICO Nº 106/2023 - REFERENTE AO
PROJETO DE LEI Nº 106/2023 – PROCESSO Nº 16310-127-23.**

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 106/2023, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que desafeta da destinação original o imóvel objeto da matrícula nº 78.296, do 2º CRI.

Inicialmente, necessário se faz salientar, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica analisar a conveniência ou não da proposta contida no Projeto de Lei em apreço, mas apenas o seu aspecto jurídico.

A iniciativa dos Projetos de Lei pode partir dos próprios cidadãos, Prefeito, Vereadores, Comissões ou até mesmo da Mesa, nos termos do disposto no artigo 134 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, bem como no artigo 44 da Lei Orgânica do Município.

E nesse sentido, esta Procuradoria Jurídica entende pela legalidade, pois:

Handwritten signature and initials, possibly reading 'A18'.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

1) A competência no tocante a administração dos bens municipais, é exclusiva do Prefeito Municipal, a teor do art. 79, XXXIII e art. 105, ambos da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

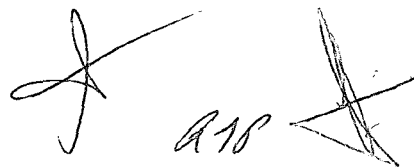
2) Para melhor ilustração ao presente Parecer Jurídico, esta Procuradoria ressalta a diferença entre bens de uso comum do povo ou do domínio público com bens dominiais ou do patrimônio disponível:

a) Bens de uso comum do povo ou do domínio público são os mares, praias, rios, estradas, ruas e praças. Enfim, todos os locais abertos à utilização pública adquirem esse caráter de comunidade, de uso coletivo, de fruição própria do povo.

Sob esse aspecto, acentua Cirne Lima – *“pode o domínio público definir-se como a forma mais completa da participação de um bem na atividade de administração pública. São os bens de uso comum, ou do domínio público, o serviço mesmo prestado ao público pela Administração, assim como as estradas, ruas e praças”*. (Rui Cirne Lima, *Princípios de Direito Administrativo*, 1954, p. 79).

b) Bens dominiais ou do patrimônio disponível são aqueles que, embora integrando o domínio público como os demais, deles diferem pela possibilidade sempre presente de serem utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados pela Administração, se assim o desejar.

Segundo os ensinamentos do saudoso jurista Hely Lopes Meirelles: *“tratando-se de bem de uso comum do povo ou de uso especial, haverá necessidade de desafetação legal, que poderá constar da mesma norma que autorize a alienação”*. (*Direito Administrativo Brasileiro*, 26ª edição, p. 495).



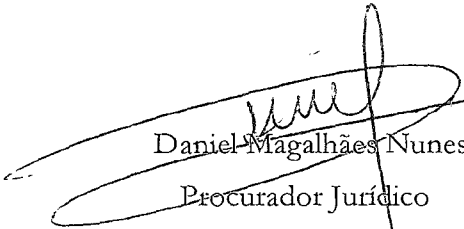
Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

3) Conforme artigo 2º do citado Projeto de Lei, com a desafetação fica autorizada a construção de uma Unidade Pública do CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

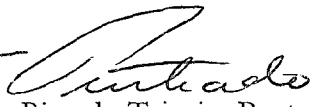
Rio Claro, 08 de agosto de 2023.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Pentead

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

LEI Nº 5784
de 29 de junho de 2023

(Altera destinação de área pública, gravando como área institucional, e dá outras providências).

Eu, GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO, Prefeito do Município de Rio Claro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que a Lei me confere, faço saber que a Câmara Municipal de Rio Claro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei: -

Artigo 1º - Fica alterada a destinação originária da área pública descrita na Matrícula nº 78.296, do 2º Cartório de Registro de Imóveis, com referência cadastral nº 01.10.041.0001.001, localizada com frente para a Rua 27-PA, esquina com Avenida 60-PA, no bairro Jardim Panorama, passando da categoria de Sistema de Lazer para a categoria de Área Institucional.

Artigo 2º - A alteração da destinação se fundamenta na necessidade de construção de um CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, para melhor atender aquele território.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

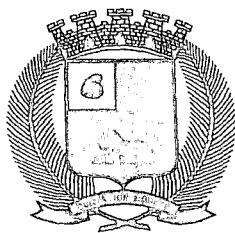
Rio Claro, 29 de junho de 2023

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

JOSE RENATO MARTINS
Secretário Municipal de Justiça

Publicada na Prefeitura Municipal de Rio Claro, na mesma data supra.

LUIZ ROGERIO MARCHETTI
Secretário Municipal da Administração



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Of.D.E.058/23

Rio Claro, 30 de junho de 2023

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e dos demais nobres Edis, para análise e votação o anexo Projeto de Lei, que dispõe sobre o parcelamento do tributo de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Tal projeto visa a possibilidade de se ampliar o número de imóveis regularizados em nossa cidade, com a facilitação ao pagamento do ITBI, e diminuir os imóveis em situação irregular em nosso município.

Além disso, o próprio mercado imobiliário de nosso município será aquecido caso aprovado o Projeto de Lei em anexo.

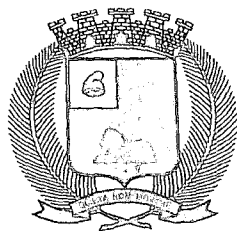
Na certeza da rápida aprovação do incluso Projeto por parte dos nobres Senhores Vereadores, antecipo os mais sinceros agradecimentos.

Atenciosamente

GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

CÂMARA SECRETARIA
04JUL2023 16:15

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
DD. Presidente da Câmara Municipal de
RIO CLARO



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI Nº 107/2023

(Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, instituído pela Lei nº 2.254, de 28 de dezembro de 1988, e dá outras providências.)

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar o Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, em até 6 (seis) parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º - O parcelamento concedido ao contribuinte implicará no reconhecimento da procedência do crédito tributário.

§ 2º - O valor de cada parcela será obtido mediante a divisão do valor apurado, pelo número de parcelas concedidas e não poderá ser inferior a 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município – UFMRC.

§ 3º - O parcelamento do ITBI somente será concedido quando não existirem débitos e/ou parcelamentos de dívidas em atraso sobre o mesmo cadastro imobiliário junto ao Município.

§ 4º - O requerimento do parcelamento somente poderá ser solicitado pelo contribuinte ou por procurador com poderes especiais para tal finalidade.

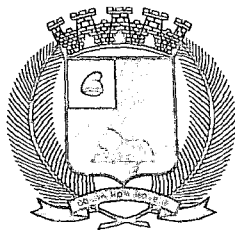
Artigo 2º - A solicitação de parcelamento do imposto deverá ser promovida pelo próprio contribuinte ou por seu representante legal junto ao Departamento Municipal Atende Fácil.

§ 1º - O contribuinte, primeiramente, deverá solicitar o cálculo do valor a ser recolhido integralmente, fornecendo todos os dados constantes da guia de ITBI, inclusive a indicação do Tabelionato de Notas em que será lavrada a escritura.

§ 2º - Calculado o valor do imposto, o contribuinte solicitará o parcelamento informando a quantidade de parcelas desejadas e assinando o respectivo termo, devendo o valor de cada parcela ser convertido em reais para a emissão das guias de arrecadação.

§ 3º - No ato do parcelamento serão emitidas as guias de arrecadação vincendas no mesmo exercício, fixando-se a data de vencimento da primeira parcela em até dois dias úteis da data da formalização do termo e as demais parcelas na mesma data nos meses subsequentes.

§ 4º - Havendo parcelas vincendas no exercício seguinte, os valores serão atualizados monetariamente a partir de 1º de janeiro com base na variação da Unidade Fiscal do Município – UFMRC, e as guias de arrecadação deverão ser retiradas pelo contribuinte ou seu representante legal, a partir do primeiro dia útil de janeiro até o respectivo vencimento.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

2.

§ 5º - O não pagamento da parcela inicial no prazo de trinta dias, contados da data da sua emissão, ou a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, acarretará o cancelamento automático do respectivo parcelamento.

§ 6º - O pagamento das guias de arrecadação poderá ser efetuado em qualquer agência da rede bancária credenciada, observados os prazos de validade e vencimento das mesmas.

§ 7º - As guias de arrecadação emitidas para o parcelamento não são válidas como comprovante de quitação do imposto.

§ 8º - O pagamento feito com atraso, acarretará o acréscimo de multas e juros, conforme previsto na legislação tributária vigente.

Artigo 3º - O contribuinte poderá requerer, a qualquer momento, o cancelamento do parcelamento, apresentando, para tanto, certidão do Tabelionato de Notas, indicado no pedido do parcelamento, constando que a escritura não foi lavrada.

Parágrafo Único - No ato do pedido de cancelamento, o contribuinte deverá requerer a restituição dos valores eventualmente pagos, conforme previsto na legislação vigente.

Artigo 4º - O contribuinte deverá solicitar a emissão da Certidão de Quitação após o adimplemento de todas as parcelas, devendo a Administração Municipal fornecê-la em até trinta dias após o requerimento.

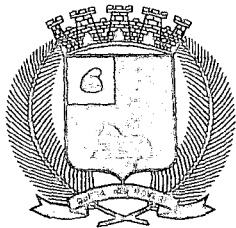
§ 1º - A Certidão de Quitação é o único documento válido para lavratura de escritura pública nos Tabelionatos de Notas ou para registro e/ou averbação do título de transmissão no Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º - Toda e qualquer solicitação de alteração nos dados informados para a transação imobiliária será atendida até o momento da emissão da Certidão de Quitação, que conterà as informações declaradas pelo contribuinte.

§ 3º - A emissão da Certidão de Quitação fica condicionada ao pagamento ou à exoneração da guia retificativa que for emitida para atender à solicitação prevista no parágrafo anterior.

§ 4º - Constatado recolhimento menor ao imposto apurado, a Certidão de Quitação só será emitida após a emissão e pagamento de guia complementar, na qual será lançada a diferença devida, adicionada de multa, juro e atualização monetária, nos termos da legislação tributária municipal vigente.

Artigo 5º - Somente após o adimplemento do acordo, com a quitação total do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, com a consequente emissão da Certidão de Quitação, será autorizada a lavratura de escritura pública no Cartório de Ofício de Notas ou a transcrição do título de transferência no Cartório de Registro de Imóveis.



Prefeitura Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

3.

Artigo 6º - O prazo de validade da presente lei, será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

Parágrafo Único - O prazo estipulado neste artigo, poderá ser prorrogado por Decreto do Poder Executivo.

Artigo 7º - Os casos omissos, serão dirimidos pela Secretaria de Finanças do Município.

Artigo 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e poderá ser regulamentada, caso necessário, no prazo de até 60 (sessenta) dias de sua publicação.


GUSTAVO RAMOS PERISSINOTTO
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 107/2023

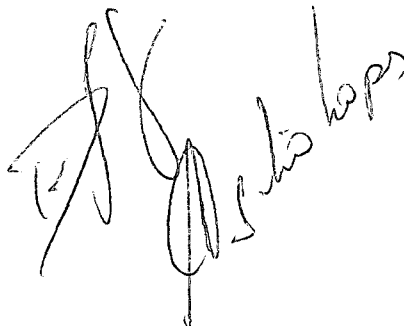
O presente Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal – Dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, instituído pela Lei nº 2.254, de 28 de dezembro de 1988, e dá outras providências.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023.


ADRIANO LA TORRE
Vereador
1º Secretário


Paulo Gomes




SIVALDO FAÍSCA
Vereador União Brasil


Hernani Leonhardt
Vereador
MDB


SERGINHO CARNEVALE
Vice - Presidente
UNIÃO BRASIL

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 107/2023 – REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 107/2023 - PROCESSO Nº 16311-128-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 107/2023, de autoria do Senhor Prefeito Municipal, Dr. Gustavo Ramos Perissinotto, que dispõe sobre parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, instituído pela Lei nº 2.254, de 28 de dezembro de 1988 e dá outras providências.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.



Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

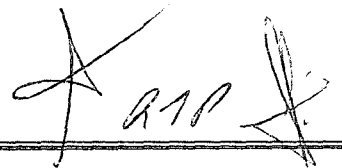
Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No tocante a competência para legislar sobre matéria tributária, em especial sobre questões relativas a Impostos Municipais, a Constituição Federal de 1988 evidencia que esta atribuição pertence ao Município, nos termos do artigo 30, inciso III e artigo 156, inciso I, da Carta Magna.

DA LEGALIDADE

A legalidade vem estampada nos seguintes elementos:

Handwritten signature and initials, possibly "RTP", in black ink.

Câmara Municipal de Rio Claro

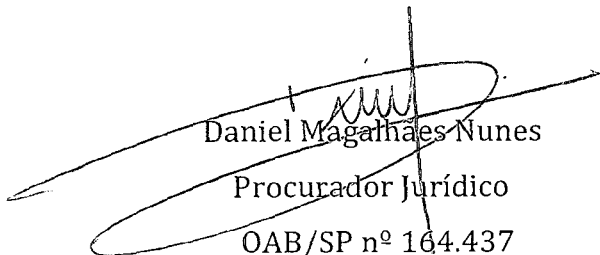
Estado de São Paulo


1- A competência para dispor sobre a referida matéria, por inexistência de reserva de iniciativa, deve seguir a prevalência da regra geral, ou seja, a iniciativa deve ser considerada concorrente quanto à instauração do processo de formação de leis, podendo ser do Prefeito Municipal como do Vereador.

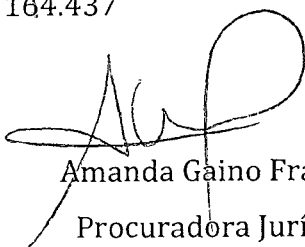
2- A Lei para ser aprovada, concernente à matéria tributária, dependerá do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal (art.43, § 2º).

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **Legalidade**.

Rio Claro, 08 de agosto de 2023.


Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437


Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624


Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

PROJETO DE LEI Nº 09/2023

Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

Art. 1º Nas obras realizadas nas vias públicas do Município de Rio Claro fica obrigatório a realização do nivelamento de tampões de bueiros, poços de visita, caixas de inspeção, tapa buraco e demais acessos ao subsolo das vias públicas.

§1º Para o disposto nesta Lei, considera-se obra qualquer serviço de pavimentação, recapeamento, reconstrução e operação tapa-buracos e os demais serviços de manutenção em vias e passeios públicos.

Art. 2º O nivelamento das bocas de lobo e bueiros deve corresponder à altura mais próxima possível da via pública, deixando a superfície do pavimento sem degraus, ressaltos ou buracos que possam vir a causar danos aos veículos, ciclistas e pedestres utilizando-se exigências técnicas contidas nas normas brasileiras de regulamentação.

Art. 3º O nivelamento deverá ser concluído juntamente com a realização da obra, sendo terminantemente proibida a concessão de qualquer prazo para conclusão posterior.

Art. 4º Quando, no local da realização da obra, houver rede de água, esgoto, energia, telefonia ou qualquer espécie de duto ou cabeamento, será precedido de autorização da autarquia, permissionária ou concessionária correspondente, e, quando necessária, solicitada a presença de técnico no local, a fim de que seja evitado qualquer risco de acidente.

Parágrafo único. Em casos do custo do nivelamento referente aos tampões, como também custos do nivelamento das caixas de inspeção, sendo estes ocasionados por omissão dos responsáveis, o Poder Público será ressarcido quando tiver que executar os serviços descritos no artigo 1º desta Lei.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Executivo no que couber.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

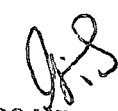
Rio Claro, 13 de fevereiro de 2023.



SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALLE
Vereador




HERNANI ALBERTO MÔNACO LEONHARDT
2º Secretário
Líder MDB



GERALDO LUIS DE MORAES
Vereador
Ouvidor Geral da Câmara Municipal de
Rio Claro

Geraldo Luis de Moraes
Vereador Geraldo Voluntário
MDB



ADRIANO LA TORRE
Vereador
Secretário

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em epígrafe tem como objetivo tornar obrigatório o nivelamento e manutenção de tampões, caixa de inspeção e poços de visita, tampas metálicas de telefonia, energia elétrica e esgoto no âmbito do Município de Rio Claro.

Há várias proposituras de Vereadores de Rio Claro sobre o assunto, é alto o número de indicações solicitando o nivelamento de tampões, caixa de inspeção e poços de visita, tampas metálicas de telefonia, energia elétrica e esgoto cloacal, após obra de execução de pavimentação, recapeamento, reconstrução, tapa-buracos ou qualquer outro serviço de manutenção em passeios ou vias públicas. Além, das diversas reclamações de usuários das vias, os quais relatam os danos causados por esses desníveis em seus veículos.

O nivelamento dos tampões irá evitar acidentes com consequências trágicas e deve observar a altura do piso da via ou passeio, de modo que a superfície do pavimento não tenha desníveis.

Vale ressaltar, que outros municípios contam com projeto semelhante, pois é um problema decorrente da execução da pavimentação, o qual prejudica a segurança viária.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

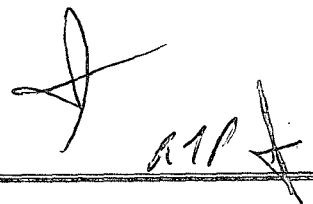
PARECER JURÍDICO Nº 09/2023 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 09/2023 -
PROCESSO Nº 161894-011-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 09/2023, de autoria dos nobres Vereadores Sérgio Montenegro Carnevale, Adriano La Torre e Geraldo Luis de Moraes, que dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e boca de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly "RTP", in the bottom right corner of the page.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

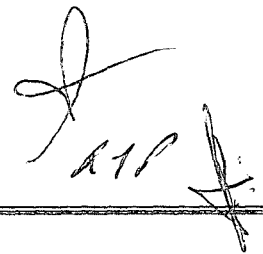
No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e boca de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em vias e passeios públicos.

Entretanto, para deixar a Ementa do Projeto de Lei mais clara, sugerimos a seguinte emenda modificativa na Ementa do Projeto de Lei:

EMENDA MODIFICATIVA

Modifica a Ementa do Projeto de Lei nº 09/2023, que passa a ter a seguinte redação:

“ Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e boca de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em vias e passeios públicos. “

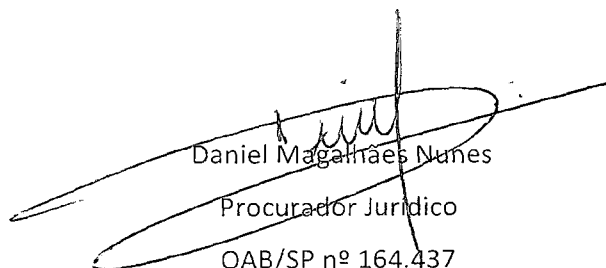


Câmara Municipal de Rio Claro

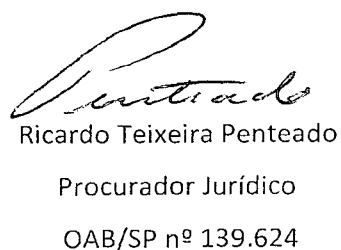
Estado de São Paulo

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

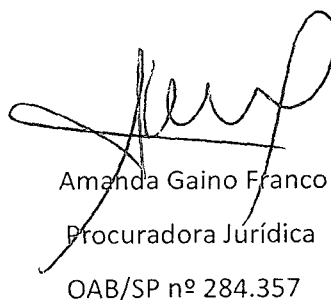
Rio Claro, 01 de março de 2023.



Daniel Magalhães Nunes
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaino Franco
Procuradora Jurídica
OAB/SP nº 284.357

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 161894-011-23

PARECER Nº 013/2023

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores, **SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

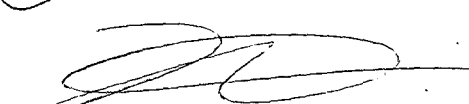
A **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **LEGALIDADE** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 13 de março de 2023.


Pr. Diego Garcia Gonzalez
Presidente


Adriano La Torre
Relator


Dérmeval Nevoeiro Demarchi
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 16194-011-23

PARECER Nº 052/2023


O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores, **SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

A **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 28 de março de 2023.


Hernani Alberto Mônaco Leonhardt
Presidente


Sérgio Montenegro Carnevale
Relator


Alessandro Soneto de Almeida
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 16194-011-23

PARECER Nº 070/2023

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores, **SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

A **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

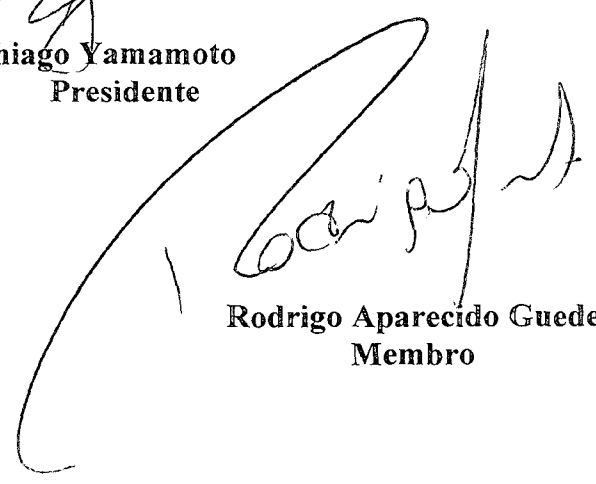
Rio Claro, 11 de maio de 2023.



Thiago Yamamoto
Presidente



Irander Augusto Lopes
Relator



Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 16194-011-23

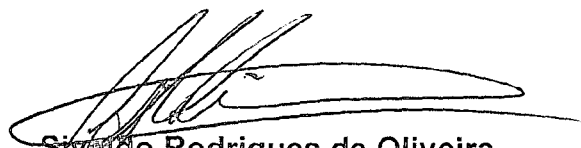
PARECER Nº 073/2023


O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores, **SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

A **COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA**, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analisando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 18 de maio de 2023.


Sivaldo Rodrigues de Oliveira
Presidente


Adriano La Torre
Relator


Vagner Aparecido Baungartner
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO URBANO, POLÍTICA URBANA E RURAL MEIO-AMBIENTE

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 16194-011-23

PARECER Nº 034/2023

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores **SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES**, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

A Comissão de Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Política Urbana e Rural Meio-Ambiente, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário, devendo o mesmo ser analisado pelas demais Comissões competentes.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 22 de junho de 2023.



JOSÉ JÚLIO LOPES DE ABREU
Presidente



GERALDO LUÍS DE MORAES
Relator

CAROLINE GOMES FERREIRA DE MELLO
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 009/2023

PROCESSO Nº 16194-011-23

PARECER Nº 119/2023

O presente Projeto de Lei de autoria dos nobres Vereadores, SÉRGIO MONTENEGRO CARNEVALE, ADRIANO LA TORRE E GERALDO LUIS DE MORAES, Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e bocas de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em passeios públicos.

A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS, entende que o Projeto de Lei nº 009/2023, está apto para ser apreciado pelo Plenário.

Analizando o Parecer Jurídico da Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal, opinamos pela aprovação do referido Projeto de Lei em apreço, seguindo os votos dos membros abaixo.

Rio Claro, 27 de junho de 2023.



Adriano La Torre
Presidente



Geraldo Luís de Moraes
Relator

Rodrigo Aparecido Guedes
Membro

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

EMENDA EM SEPARADO DE AUTORIA DO VEREADOR SERGINHO CARNEVALE AO PROJETO DE LEI N.º 09/2023

Modifica a ementa do projeto de Lei n.º 09/2023, que passará a ter a seguinte redação:

“Dispõe sobre o nivelamento de tampões, caixas de inspeção, bueiros e boca de lobo quando da execução de serviços de pavimentação, recapeamento, tapa-buracos ou qualquer serviço de manutenção em vias e passeios públicos”.

Rio Claro, 07 de março de 2023.


SERGINHO CARNEVALE
Vereador

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 120/2023

Institui o Julho Dourado, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação e a importância da prevenção de zoonoses no município de Rio Claro.

Artigo 1º - Institui em Rio Claro o mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação (pets) e a importância da prevenção de zoonoses, a ser realizado anualmente no mês de julho, recebendo a denominação de Julho Dourado.

Parágrafo único. A instituição do Julho Dourado tem, dentre outros, os seguintes objetivos:

- I - promover ações que tragam qualidade de vida aos animais de rua e animais domésticos de estimação;
- II - promover palestras, seminários, campanhas, mobilizações e outras atividades que permitam estimular a sensibilização da população acerca da importância de medidas preventivas de zoonoses e de instrução para o zelo com animais de rua e animais domésticos de estimação;
- III - instituir campanhas de adoção de animais abandonados;
- IV - contribuir para a melhoria dos indicadores relativos à saúde dos animais de rua e animais domésticos de estimação;
- V - promover intercâmbio visando ampliar o nível de resolutividade das ações direcionadas à saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação por meio de integração da população, órgãos públicos, privados e organizações não governamentais que atuam na área de defesa animal;
- VI - divulgar os preceitos contidos na Declaração Universal dos Direitos dos Animais da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco.

Artigo 2º - Para fins desta Lei, a expressão “animais de rua” significa animais domésticos abandonados.

Artigo 3º - O Julho Dourado passa a integrar o Calendário Oficial de eventos do município de Rio Claro.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023


CAROLINE GOMES FERREIRA
Vereadora

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 120/2023

O presente Projeto de Lei, de autoria da vereadora Caroline Gomes Ferreira Melo – Institui o Julho Dourado, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação e a importância da prevenção de zoonoses no município de Rio Claro.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023.

Caroline Gomes

Adriano La Torre

Adriano La Torre
ADRIANO LA TORRE
Vereador
1º Secretário

Hernani Leonhardt
Vereador
MDB

Sivaldo Faísca
Vereador União Brasil

Serginho Carnevale
Vice - Presidente
UNIÃO BRASIL

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

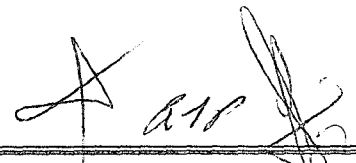
PARECER JURÍDICO Nº 120/2023 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº
120/2023 - PROCESSO Nº 16324-141-23.

Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 120/2023, de autoria da nobre Vereadora Caroline Gomes Ferreira, que institui o Julho Dourado, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação e a importância da prevenção de zoonoses no município de Rio Claro.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é atribuição dos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Handwritten signature and initials, possibly reading 'A 210'.

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

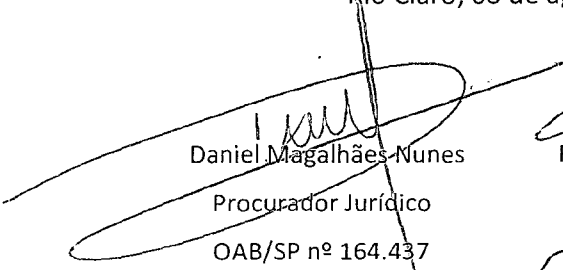
Não obstante, trata-se de competência do Município complementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

Por sua vez, a iniciativa dos projetos de leis complementares e ordinárias compete ao Vereador, as Comissões, ao Prefeito e aos cidadãos, nos termos do artigo 44, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

No caso em apreço, o projeto de lei ora analisado institui o Julho Dourado, mês de reflexão e promoção de eventos sobre a saúde de animais de rua e animais domésticos de estimação e a importância da prevenção de zoonoses no município de Rio Claro.

Diante do exposto, consubstanciado nos motivos de fato e de direito acima aduzidos, esta Procuradoria Jurídica entende que o Projeto de Lei em apreço reveste-se de **legalidade**.

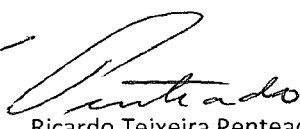
Rio Claro, 08 de agosto de 2023.



Daniel Magalhães Nunes

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 164.437



Ricardo Teixeira Penteado

Procurador Jurídico

OAB/SP nº 139.624



Amanda Gaiño Franco

Procuradora Jurídica

OAB/SP nº 284.357

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ~~121~~ /2023

DE AUTORIA DA MESA DIRETORA

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL

Nº 118/2017"

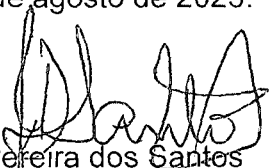
Artigo 1º – No Anexo III do artigo 67 da Lei Complementar Municipal nº 118/2017, no cargo de Motorista, na sua referência, onde se lê "CE-V" passa-se a ler "CE-IV-A", cujo valor de referência A será de R\$ 7.065,00 .

Artigo 2º - Os motoristas por ficarem em home-office e trabalharem por agendamento de viagem, ou seja, por tarefa-viagem, ficarão excluídos do recebimento de horas extras, por não ter como fixar um horário de trabalho específico.

Artigo 3º - Fica revogada a gratificação de Risco de Vida aos Motoristas, prevista no artigo 40 da Lei Complementar Municipal nº 118/2017.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023.


José Pereira dos Santos
Presidente da Câmara Municipal


Adriano La Torre
1º Secretário


Hernani Alberto Monaco Leonhardt
2º Secretário

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER COMISSÃO CONJUNTA

PROJETO DE LEI Nº 121/2023

O presente Projeto de Lei, de autoria da Mesa Diretora – ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 118/2017.

Esta Comissão Conjunta opina pela aprovação da referida matéria.

Rio Claro, 07 de agosto de 2023.

Carol
Jomes

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
ADRIANO LA TORRE
Vereador
1º Secretário

[Handwritten signature]
Hernani Leonhardt
Vereador
MDB

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
SIVALDO FAÍSCA
Vereador União Brasil

[Handwritten signature]
SERGINHO CARNEVALE
Vice - Presidente
UNIÃO BRASIL

Câmara Municipal de Rio Claro

Estado de São Paulo

PARECER JURÍDICO Nº 121/2023 - REFERENTE AO PROJETO DE LEI Nº 121/2023 - PROCESSO Nº 16325-142-23.


Atendendo ao que dispõe o artigo 136, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Rio Claro, esta Procuradoria Jurídica emite Parecer a respeito do Projeto de Lei nº 121/2023, de autoria da Mesa Diretora, que altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 118/2017.

Inicialmente, cumpre esclarecer, que não cabe a esta Procuradoria Jurídica apreciar o mérito ou conveniência da proposta ora apresentada, pois a matéria é restrita aos senhores Vereadores.

No aspecto jurídico, esta Procuradoria Jurídica ressalta o seguinte:

O Projeto de Lei em questão dispõe sobre assunto de interesse local, o que permite ao Município legislar sobre a matéria, nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal e artigo 8º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Rio Claro.

Não obstante, trata-se de competência do Município suplementar as legislações federal e estadual, no que couber, a teor do artigo 14, inciso I, da LOMRC.

 R18 
50